



CLARO S.A.

CNPJ 40.432.544/0001-47



* continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.319.182	1.250.736	1.730.152	1.703.494	Passivo	12	7.285.450	8.527.509	10.106.060	11.201.843
Contas a receber, líquidas	5	5.627.667	5.424.635	6.420.445	6.105.054	Circulante	12	33.634	1.272.347	36.751	1.379.799
Partes relacionadas	16	787.066	694.055	459.833	666.521	Fornecedores	13	5.385.356	5.857.462	5.385.356	5.857.462
Estoques	6	347.472	311.983	497.581	409.243	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	2.194.030	1.366.682	2.459.312	1.566.127
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	992.400	949.271	1.132.203	1.190.270	Obrigações fiscais, líquidas	15	443.165	336.824	583.886	445.320
Despesas antecipadas	8	791.016	692.563	1.390.179	1.286.707	Provisões	16	7.321.183	5.743.983	3.306.851	810.541
Outros ativos contratuais		245.211	195.526	245.211	195.526	Partes relacionadas		191.049	168.978	215.291	170.150
Ativo atuarial	17	—	120.495	—	120.495	Receitas diferidas	17	9.283	9.996	9.283	9.996
Outros ativos		86.105	101.016	242.091	133.718	Passivo de arrendamento	18	2.918.509	2.256.285	3.362.773	2.294.378
		10.196.119	9.740.280	12.117.695	11.811.028	Outras obrigações		359.255	332.014	517.246	448.070
								26.140.914	25.872.080	25.981.809	24.183.686
Não circulante											
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	1.731.991	1.748.246	2.248.971	2.218.813	Não circulante	12	1.302.102	1.568.029	1.302.102	1.568.029
Tributos diferidos, líquidos	7.2	8.645.800	8.451.123	11.206.352	11.105.629	Fornecedores	13	5.750.000	—	5.750.000	—
Depósitos e bloqueios judiciais	15	3.620.968	3.172.469	4.293.435	3.866.589	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	144.987	144.987	145.973	150.370
Partes relacionadas	16	5.050	—	1.912.414	1.539.000	Obrigações fiscais, líquidas	15	8.746.298	8.418.684	9.264.524	8.789.596
Ativo atuarial	17	—	—	24	20	Provisões	16	18.598.614	19.195.780	31.736.543	35.870.944
Despesas antecipadas	8	487.447	479.604	1.342.528	1.324.662	Partes relacionadas	17	1.659.949	1.739.443	1.683.405	1.765.500
Outros ativos contratuais		12.785	14.456	12.785	14.456	Passivo de arrendamento	18	8.635.249	5.452.760	10.478.540	5.424.750
Outros ativos		264.724	106.764	264.775	106.764	Receitas diferidas		118.812	211.484	118.819	211.491
Investimentos	9	10.693.858	5.531.754	19	17.796	Outras obrigações		575.882	461.433	611.807	454.608
Imobilizado	10	37.829.172	33.339.717	53.549.837	47.135.994			45.531.893	37.192.600	61.091.713	54.235.288
Intangível	11	13.028.470	13.465.596	18.199.921	14.836.868	Total do passivo		71.672.807	63.064.680	67.073.522	76.418.974
		76.320.265	66.309.729	93.031.061	82.166.591	Patrimônio líquido	19	18.694.395	18.696.098	18.694.395	18.696.098
						Capital social		1.197.863	1.197.863	1.197.863	1.197.863
						Reserva de capital		5.308.587	3.545.479	5.308.587	3.545.479
						Outros resultados abrangentes		(10.357.268)	(10.454.111)	(10.357.268)	(10.454.111)
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		14.843.577	12.985.329	14.843.577	12.985.329
						Participação dos não controladores		—	—	—	2.573.316
						Total do patrimônio líquido		14.843.577	12.985.329	18.075.234	15.558.645
						Total do passivo e patrimônio líquido		86.516.384	76.050.009	105.148.756	93.977.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)									
	Notas	Controladora		Consolidado					
		2022	2021	2022	2021				
Receita operacional, líquida	20	25.468.236	29.919.791	42.662.439	39.692.506				
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	21	(14.061.413)	(17.810.532)	(25.289.591)	(23.841.102)				
Lucro bruto		11.406.823	12.109.259	17.372.848	15.851.404				
Despesas comerciais	21	(5.739.769)	(6.036.015)	(8.542.495)	(7.616.914)				
Despesas gerais e administrativas	21	(2.489.624)	(2.538.004)	(3.133.022)	(2.950.544)				
Resultado de equivalência patrimonial	9	1.423.764	1.287.778	1.946	1.195				
Outras receitas operacionais, líquidas	21	1.357.771	1.482.080	1.214.774	1.040.572				
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		5.958.965	6.305.098	6.914.051	6.325.713				
Receitas financeiras	22	960.597	872.554	2.134.266	445.800				
Despesas financeiras	22	(5.408.568)	(4.134.594)	(6.506.465)	(5.776.486)				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.510.994	3.043.058	2.541.852	995.027				
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(66.986)	(473.831)	(350.389)	(639.282)				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	319.587	427.492	229.381	3.108.677				
Lucro líquido do exercício		1.763.595	2.996.719	2.420.844	3.464.422				
Atribuível aos acionistas controladores		1.763.595	2.996.719	1.763.595	2.996.719				
Atribuível aos acionistas não controladores		—	—	657.249	467.703				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)									
		Controladora		Consolidado					
		2022	2021	2022	2021				
Lucro líquido do exercício		1.763.595	2.996.719	2.420.844	3.464.422				
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:									
Ganho na atualização do plano de benefício		147.310	967.964	149.112	960.730				
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho na atualização do plano de benefício		(50.085)	(329.107)	(50.698)	(326.648)				
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para resultado do exercício:									
Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior		(382)	6.792	(479)	6.775				
Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos		96.843	645.649	97.935	640.857				
Total dos resultados abrangentes do exercício		1.860.438	3.642.368	2.518.779	4.105.279				
Atribuível aos acionistas controladores		1.860.438	3.642.368	1.860.438	3.642.368				
Atribuível aos acionistas não controladores		—	—	658.341	462.911				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO											
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)											
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucro (prejuízo) acumulado	Outros resultados abrangentes	Ganhos e perdas em transações de capital	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		2022	2021	Reserva incentivos fiscais				(12.231)			
Saldos em 31 de dezembro de 2020 reapresentado	18.744.414	1.197.863	26.580	535.536	—	—	(777.673)	(10.309.856)	19.714.489	178	19.714.667
Ganho (perda) em transação de capital (Nota 9)	—	—	—	—	—	(12.231)	—	(10.322.087)	2.110.227	—	(8.211.860)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	2.996.719	—	—	467.703	—	3.464.422
Operações societárias (Nota 1.iii)	—	—	—	—	—	(1.563)	—	—	(1.563)	—	(1.563)
Prescrição de dividendos	—	—	—	—	—	438	—	—	438	—	438
Constituição de reserva legal (Nota 19)	—	—	149.168	—	—	(149.168)	—	—	—	—	—
Reserva de incentivos fiscais (Nota 19)	—	—	—	—	2.834.195	(2.834.195)	—	—	—	—	—
Redução de capital (Nota 1 iii./iv.)	(48.316)	—	—	—	—	—	—	(48.316)	—	—	(48.316)
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	—	—	—	—	—	6.792	—	6.792	(17)	6.775	—
Atualização do passivo atuarial em controlada (Nota 16)	—	—	—	—	—	638.857	—	638.857	(4.775)	—	634.082
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.696.098	1.197.863	175.748	3.369.731	—	(132.024)	(10.322.087)	12.985.329	2.573.316	15.558.645	
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	1.763.595	—	1.763.595	657.249	2.420.844	
Constituição de reserva legal (Nota 19)	—	—	88.180	—	—	(88.180)	—	—	—	—	
Reserva de incentivos fiscais (Nota 19)	—	—	—	1.187.969	—	(1.187.969)	—	—	—	—	
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	487	—	(487)	—	—	(487)
Reserva de lucros (Nota 19)	—	—	—	—	486.959	(486.959)	—	—	—	—	
Redução de capital (Nota 1 i.)	(1.703)	—	—	—	—	—	—	(1.703)	—	—	(1.703)
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	—	—	—	—	—	—	(382)	(382)	(97)	479	
Atualização do passivo atuarial em controlada (Nota 16)	—	—	—	—	—	97.225	—	97.225	1.189	98.414	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.694.395	1.197.863	263.928	4.557.700	486.959	(35.181)	(10.322.087)	14.843.577	3.231.657	18.075.234	
				5.308.587	—	—	(10.357.268)				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras											

</



CLARO S.A.
CNPJ 40.432.544/0001-47



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

(SeAC), foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL, e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigações de reversibilidade de bens.

Direitos de exploração de satélite

Abaixo as autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição orbital	Data de emissão	Vencimento
Extensão (renovação)	PVSS/SPV 007/2006	63°W, 65°W, 68°W, 70°W, 84°W - Banda C	01/01/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W - Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70°W - Banda Ku	08/10/03	12/11/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75°W - Banda C e Ku	27/02/07	30/04/29
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70°W - Banda Ka e Ku (Planejado)	28/03/12	27/03/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84°W - Banda Ka e Ku	06/02/12	05/02/27

Análise sobre risco de continuidade operacional:

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$13.864.114 no consolidado. Do total do capital circulante líquido, R\$2.847.018 refere-se a valores com partes relacionadas. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de, caso necessário, prover o suporte necessário para a continuidade das operações.

Em contrapartida, a Companhia apresenta conforme demonstração do Fluxo de Caixa, caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$15 bilhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia efetua acompanhamento tempestivo em seus fluxos de caixas dos quais suportam a geração de caixa para o período corrente e para os períodos seguintes.

Dessa forma, a Companhia não identificou incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando.

Pandemia de Covid-19 e seus impactos

Neste período de 2022 ainda verificou-se casos de contaminação pela COVID-19. Em função disso, a Administração da Companhia manteve suas avaliações e decisões sobre as medidas necessárias à manutenção de adequado relacionamento com *stakeholders*, assim como à preservação da saúde, segurança e tranquilidade dos colaboradores e seus familiares.

Avalia-se que, de uma forma geral, não houve impactos materiais nos negócios em decorrência da pandemia. De qualquer forma, a Administração segue monitorando a situação e adotando as ações necessárias para manter a saúde financeira, a liquidez e capacidade operacional dos negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), conforme aplicáveis, e, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação, e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia e suas controladas. Também foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e realização de imposto de renda diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

A Administração da Companhia avalia e monitora o desempenho dos resultados para tomada de decisões com base em relatórios consolidados e todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, pelo que a Companhia e controladas operam em uma unidade de negócio de Telecomunicações que abrange serviços locais, de longa distância nacional e internacional, comunicações de dados, serviços pós-pagos e serviços pré-pagos, tarifa de uso de meios, *roaming*, venda de aparelhos e acessórios, capacidade satelital para serviços de radiocomunicação, tais como (i) serviços de rede; (ii) serviços de telecomunicação ponto a ponto; e (iii) difusão de programação de rádio e televisão e outros serviços. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisões e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2023.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Algumas rubricas e quadros que compõem as notas explicativas do exercício comparativo foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações sobre o período corrente, na íntegra, devido à imaterialidade dos montantes, não estão sendo detalhadas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Bases de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas:

	31/12/2022		31/12/2021
	Indireta	Direta	Indireta
BrasilCenter	-	100,00%	-
Ideas Musicales S.A. (Argentina)	-	90,00%	-
Ideas Musicales de Colombia S.A.S.	-	100,00%	-
iMusica LLC (EUA)	-	100,00%	-
Ideas Musicales S.A. de C.V. (México)	-	99,99%	-
Claro NXT (Nota 1 iv./v.)	-	68,08%	-
TvSAT (Nota 1 iv./v.)	68,08%	-	68,08%
TdB (Nota 1 iv./v.)	68,08%	-	68,08%
Reyco (Nota 1 iv./v.)	68,08%	-	68,08%
Jonava (Nota 1 i.)	-	100,00%	-
Ustore (Nota 1 iii.)	-	100,00%	-

Os controlados são integralmente consolidados a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, e/ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ela tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação de uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

3.2. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Em combinação de negócios realizada em estágio, o adquirente deve mensurar novamente sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver, ou em outros resultados abrangentes, conforme apropriado. Em períodos contábeis anteriores, o adquirente pode ter reconhecido ajustes no valor contábil de sua participação anterior na adquirida, cuja contrapartida tenha sido contabilizada como outros resultados abrangentes (em ajustes de avaliação patrimonial), em seu patrimônio líquido. Nesse caso, o valor contabilizado pelo adquirente, em outros resultados abrangentes, deve ser reconhecido nas mesmas bases que seriam exigidas, caso o adquirente tivesse alienado sua participação anterior na adquirida (ou seja, deve ser reclassificado para a demonstração do resultado do período).

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma empresa é o valor à vista dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com a IFRS9/ CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.3. Novos pronunciamentos contábeis

Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2022 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

Normas e Emendas a Normas	Alterações
IFRS 1 correlato ao CPC 43 (R1): Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro.	Melhorias anuais para as normas IFRS 2018-2020 (subsidiária como adotante pela primeira vez)
IFRS 3 correlato ao CPC 15 (R1): Combinações de negócios.	Referência à estrutura conceitual (emendas à IFRS 3)
IFRS 9 correlato ao CPC 48: Instrumentos Financeiros	Alterado por (taxas no teste de "10%" para desreconhecimento de passivos financeiros)
IAS 16 correlato ao CPC 27: Ativo Imobilizado.	Imobilizado - Produto antes do uso pretendido (emendas à IAS 16)
IAS 37 correlato ao CPC 25: <i>Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes</i> .	Contratos onerosos - custo de cumprimento de um contrato (emendas à IAS 37)

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Alterações	Vigências
IFRS 10 correlato ao CPC 36 (R3) e IAS 28 correlato ao CPC 18 (R2): Aplicando a Exceção na Consolidação.	Data efetiva das emendas a IFRS 10 e IAS 28	A definir
IFRS 17 correlato ao CPC 50: Contratos de Seguros.	Abordar preocupações e desafios da implementação do IFRS 17	1º de janeiro de 2023
IAS 1 correlato ao CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras.	Classificação do passivo como circulante ou não circulante (emendas à IAS 1)	1º de janeiro de 2024
IAS 1 correlato ao CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras.	Alterações relativas à divulgação das políticas contábeis (julgamentos da materialidade)	1º de janeiro de 2023 ou após
IAS 8 correlato ao CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
IAS 12 correlato ao CPC 32: Tributos sobre o lucro.	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações à IAS 12)	1º de janeiro de 2023

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2023 não terá impacto relevante nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 22.

3.5. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e depósitos judiciais.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (ii) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do

balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição independentemente do momento da inadimplência.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionada.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratuais menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, *simcards*, serviços de satélites e acessórios.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.

3.7. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 22.

Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

3.8. Estoques

Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, *simcards*, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, conforme Nota 6.

3.9. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.10. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme Nota 10.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo financeiro com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.11. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassem 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início de dedução de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual, o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição



CLARO S.A.

CNPJ 40.432.544/0001-47



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS														
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)														
Natureza da transação	Controladora								Consolidado					
	2022		2021		2022		2021		2022		2021		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)	Receita (despesa)	Receita (despesa)	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina	(a) 231.992	–	96.769	–	135.223	225.914	135.223	225.914	(a) 233.210	–	97.196	–	142.234	228.304
América Móvil Colombia	(b) 162.199	109	243.899	118	349.313	615.025	349.313	615.025	(b) 182.341	109	278.174	118	428.119	695.182
Claro CR Telecomunicaciones S.A.	(c) –	–	–	–	25.676	–	25.676	–	(c) –	–	–	–	25.676	–
CTE Telecom Personal, S.A. de C.V.	(c) –	–	–	–	41.179	–	41.179	–	(c) –	–	–	–	41.179	–
Compañía de Telecomunicaciones de El Salvador, S.A. de C.V.Y	(c) –	–	–	–	30.795	–	30.795	–	(c) –	–	–	–	–	–
Telecomunicaciones de Guatemala, S.A.	(c) –	–	–	–	155.677	–	155.677	–	(c) –	–	–	–	30.795	–
Cablenet, S.A.	(c) –	–	–	–	380	–	380	–	(c) –	–	–	–	155.677	–
Claro Guatemala, S.A.	(c) –	–	–	–	8.695	–	8.695	–	(c) –	–	–	–	380	–
Empresa Nicaraguense de Telecomunicaciones, S.A.	(c) –	–	–	–	44.386	–	44.386	–	(c) –	–	–	–	8.695	–
Estaciones Terrenas de Satellite, S.A.	(c) –	–	–	–	1.714	–	1.714	–	(c) –	–	–	–	44.386	–
Cable NET, S.A.	(c) –	–	–	–	2	–	2	–	(c) –	–	–	–	1.714	–
AMX Paraguay, S.A.	(c) –	–	–	–	14.060	–	14.060	–	(c) –	–	–	–	2	–
Compañía Dominicana de Telefonos, S. A.	(c) 14.065	–	–	–	170.013	–	170.013	–	(c) 14.065	–	–	–	14.060	–
AM Wireless Uruguay, S.A.	(c) –	–	–	–	9.088	–	9.088	–	(c) –	–	–	–	9.088	–
Amov Finance B.V.	(d) –	11.285.657	–	11.510.520	(1.197.302)	(559.617)	(559.617)	–	(d) –	20.387.133	–	24.021.380	(1.294.927)	(1.901.339)
NII International Mobile S.á.r.l Inc	(d) –	7.751.503	–	7.984.359	232.856	(481.301)	(481.301)	–	(d) –	11.872.672	–	12.268.266	395.595	(1.149.378)
América Móvil Peru (1)	(d) 57	5	24	5	91	(75.131)	(75.131)	–	(d) 3.038	215.771	2.979	5	13.846	(68.519)
América Móvil S.A.B. S.A.C (2)	(d) –	523.037	–	–	6.935	(56.216)	(56.216)	–	(d) –	1.046.858	–	15.898	12.432	(56.650)
Tvsat (3)	124.806	1.626.026	76.049	1.479.272	(37.091)	(10.255)	(10.255)	–	(d) –	1.119.757	–	–	9.026	–
Claro NXT	193.314	3.397.837	222.103	3.274.281	550.331	549.334	549.334	–	1.815.715	733	1.591.190	77	224.639	53.219
Claropar	57	715	13	59	159	42	42	–	2.181	1.480	31.919	136	48.176	30.654
Claro Chile	1.746	1.480	1.701	136	2.811	4.046	4.046	–	97.301	20.738	129.571	37.199	(157.681)	(197.896)
Americel S.A.	8.004	20.721	7.673	37.183	(172.097)	(203.269)	(203.269)	–	–	2.414	–	27.059	(32.142)	(42.768)
Telmex Latam	–	2.414	–	9.101	(30.945)	(42.768)	(42.768)	–	–	14.434	–	15.930	(172.615)	(181.640)
Claro Video, LLC ("DLA")	–	10.105	–	11.160	(121.411)	(154.245)	(154.245)	–	1.008	200.272	3.746	184.460	(337.311)	(278.697)
HITSS do Brasil Serviços Tecnológicos Ltda.	916	171.937	3.629	144.202	(293.996)	(249.134)	(249.134)	–	71	31.670	78	30.073	(153.670)	(179.426)
Proccisa do Brasil Projetos e Construções	71	25.229	78	20.691	(85.462)	(134.177)	(134.177)	–	21	3.283	34	7.525	207	(186)
Cablenda do Brasil Ltda.	21	128	34	6.280	207	(186)	(186)	–	–	–	47.203	–	–	39.858
Brasilcenter	5.340	16.526	681	15.936	(197.125)	(277.561)	(277.561)	–	3.430	118.510	–	–	(670.037)	–
TdB	23.794	322.529	23.817	376.331	57.881	76.578	76.578	–	19.866	7.560	23.431	73.359	(138.726)	9.380
Jonava (4)	8.694	614.552	–	–	(79.890)	–	–	–	2.372.247	35.043.394	2.205.521	36.681.485	(1.181.170)	(2.123.241)
Torres do Brasil S.A.	3.429	116.364	–	–	(661.340)	–	–	–	459.833	3.306.851	666.521	810.541	–	–
Outras partes relacionadas	13.611	32.923	17.585	70.129	(187.689)	(80.790)	(80.790)	–	1.912.414	31.736.543	1.539.000	35.870.944	–	–
Circulante	792.116	25.919.797	694.055	24.939.763	(1.226.876)	(853.711)	(853.711)	–	–	–	–	–	–	–
Não circulante	787.066	7.321.183	694.055	5.743.983	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	5.050	18.598.614	–	19.195.780	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

(1) Inclui também passivo de serviços de interconexão.

(2) Inclui também passivo de patrocínios.

(3) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia contraiu empréstimo através de mútuo junto à Tvsat, no valor total de R\$214.016, pelo prazo de 3 anos, com vencimento em 30 de setembro de 2025, com juros remuneratórios de CDI + 1,37% a.a. a serem pagos no final junto com o principal.

(4) Em 30 de setembro de 2022, a Companhia contraiu empréstimo através de mútuo junto à Jonava, no valor total de R\$421.917, pelo prazo de 3 anos, com vencimentos em 15 de agosto e 28 de novembro de 2025, com juros remuneratórios de CDI + 1,37%a.a. a serem pagos no final junto com o principal.

Empresa	Ref.	Parte Relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado							31/12/2021	
					31/12/2020	Captação	Pagamentos (2)	Juros pagos (2)	Provisão de juros	Transferências (3)	Operações societárias (Nota 1 iv/v)		Variação cambial
Claro	d.3)	América Móvil Perú S.A.C.	11,50%	15/03/2027	890.001	–	–	(100.404)	75.097	(864.694)	–	–	–
Claro	d.3)	Amov Finance B.V.	11,50%	15/03/2027	–	17.549.177	(5.783.368)	(919.768)	1.207.341	864.694	(4.686.039)	–	8.232.037
Claro	d.3)	América Móvil S.A.B. de C.V.	11,50%	15/03/2027	17.609.273	–	(17.598.031)	(67.459)	56.217	–	–	–	–
Claro	d.4)	Amov Finance B.V.	2,54%	15/01/2026	–	2.109.000	–	(17.831)	25.370	–	(2.007.515)	(109.024)	–
Claro	d.4)	Amov Finance B.V.	2,54%	27/01/2026	–	135.038	–	(1.119)	1.470	–	(125.364)	(10.025)	–
Claro	d.4)	Amov Finance B.V.	2,54%	28/01/2026	–	135.550	–	(1.109)	1.460	–	(125.355)	(10.546)	–
Claro	d.4)	Amov Finance B.V.	2,82%	26/02/2026	–	277.775	–	(2.325)	2.615	–	(250.208)	(27.857)	–
Claro	d.4)	Amov Finance B.V.	3,14%	06/03/2026	–	568.010	–	–	5.330	–	(505.237)	(68.103)	–
Claro	d.4)	Amov Finance B.V.	3,14%	10/03/2026	–	579.600	–	–	5.231	–	(505.150)	(79.681)	–
Claro	d.4)	Amov Finance B.V.	2,54%	22/01/2026	–	272.960	(104)	(4.518)	6.555	–	–	6.009	280.902
Claro	d.4)	Amov Finance B.V.	2,82%	23/02/2026	–	273.640	(104)	(4.904)	6.587	–	–	5.224	280.443
Claro	d.5)	Amov Finance B.V.	4,90%	11/03/2030	–	5.306.743	–	–	76.700	(4.817.673)	(565.770)	–	–
Claro	d.6)	NII International Mobile S.a.r.l Inc	4,22% (*) (**)	29/03/2026	–	–	–	–	–	7.621.376	152.579	7.984.359	–
Claro NXT	d.6)	NII International Mobile S.a.r.l Inc	4,54% (*) (**)	11/06/2023	–	–	–	–	–	3.498.547	678.814	4.283.907	–
Claro NXT	d.7)	Amov Finance B.V.	6,10%	17/12/2021	–	–	(1.967.240)	(5.333)	4.666	–	1.967.907	–	–
Claro NXT	d.8)	Amov Finance B.V.	11,50%	15/03/2027	–	–	(1.493.243)	(141.933)	198.234	–	4.686.039	–	3.249.097
Claro NXT	d.8)	Amov Finance B.V.	2,54%	15/01/2026	–	–	(104)	(18.122)	28.162	–	2.007.515	231.646	2.249.097
Claro NXT	d.8)	Amov Finance B.V.	2,54%	27/01/2026	–	–	(104)	(1.136)	1.759	–	125.364	14.462	140.345
Claro NXT	d.8)	Amov Finance B.V.	2,54%	28/01/2026	–	–	(104)	(1.141)	1.759	–	125.355	14.466	140.335
Claro NXT	d.8)	Amov Finance B.V.	2,82%	26/02/2026	–	–	(104)	(2.569)	3.907	–	250.208	28.935	280.377
Claro NXT	d.8)	Amov Finance B.V.	3,14%	06/03/2026	–	–	(104)	(11.424)	8.703	–	505.237	58.155	560.567
Claro NXT	d.8)	Amov Finance B.V.	3,14%	10/03/2026	–	–	(104)	(11.315)	8.703	–	505.150	58.035	560.469
Claro NXT	d.8)	Amov Finance B.V.	4,90%	11/03/2030	–	–	(104)	(152.401)	128.851	–	4.817.673	536.554	5.330.573
Claro	d.9)	Amov Finance B.V.	10,30%	26/07/2028	–	1.538.000	(20)	(17.161)	69.961	–	–	–	1.590.794
Claro	d.10)	Amov Finance B.V.	12,20%	16/11/2028	–	543.850	–	–	8.478	–	–	–	552.328
Claro	d.11)	Amov Finance B.V.	12,00%	20/12/2028	–	571.740	–	–	2.287	–	–	–	574.027
					18.499.274	29.861.083	(26.842.838)	(1.481.972)	2.252.397	–	13.087.830	913.873	36.289.647

(*) taxa média

(**) vencimento final dos contratos

(1) Todos os mútuos listados acima não possuem garantias.

(2) Em 2021 a Companhia e sua controlada Claro NXT liquidaram juros e antecipo a liquidação parcial de alguns contratos de empréstimos com a Amov Finance B.V e Amov Finance S.A.B. de C.V.

(3) Em 11 de janeiro de 2021, a Companhia fez uma reestruturação da dívida, com a troca de credores dos empréstimos e não houve alterações nos demais termos contratuais.

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado								31/12/2022
					31/12/2021	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Variação cambial	Transferência	Operações societárias (Nota 1 ii.)	
Claro	d.1)	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	8.232.037	-	(364.870)	(925.220)	902.493	-	-	-	7.844.400
Claro	d.2)	Amov Finance	2,54%	22/01/2026	280.902	-	-	(7.086)	1.123	(10.202)	(264.737)	-	-
Claro	d.2)	Amov Finance	2,82%	23/02/2026	280.443	-	-	(7.441)	1.507	(9.772)	(264.737)	-	-
Claro	d.2.1)	Amov S.A.B. de C.V.	2,54%	22/01/2026	-	-	-	-	1.304	(4.561)	264.737	-	261.480
Claro	d.2.1)	Amov S.A.B. de C.V.	2,82%	23/02/2026	-	-	-	-	1.304	(4.484)	264.737	-	261.557
Claro	d.4)	NII International	4,22% (*) (**)	29/03/2026	7.984.359	-	-	-	282.709	(515.565)	-	-	7.751.503
Claro	d.4)	NII International	4,54% (*) (**)	11/06/2023	4.283.907	-	-	-	114.455	(277.194)	-	-	4.121.168
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	3.249.097	-	(917.054)	(364.530)	339.458	-	-	-	2.306.971
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	15/01/2026	2.249.097	-	-	(54.670)	45.738	(125.819)	(1.876.599)	-	237.747
Claro NXT	d.6.1)	Olympic Plaza Holding	2,54%	15/01/2026	-	-	-	-	6.252	(15.278)	1.128.783	-	1.119.757
Claro NXT	d.6.1)	Amov S.A.B. de C.V.	2,54%	15/01/2026	-	-	-	(986)	1.027	(6.525)	530.305	-	523.821
Claro NXT	d.6.1)	América Móvil Perú	2,54%	15/01/2026	-	-	-	-	1.205	(2.944)	217.511	-	215.772
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	27/01/2026	140.345	-	-	(3.277)	3.305	(9.152)	-	-	131.221
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	28/01/2026	140.335	-	-	(3.279)	3.305	(9.150)	-	-	131.211
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,82%	26/02/2026	6.680.377	-	-	(6.680.377)	7.342	(8.890)	-	-	262.149
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	3,14%	06/03/2026	560.567	-	-	(14.149)	16.353	(38.648)	-	-	524.123
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	3,14%	10/03/2026	560.469	-	-	(14.065)	16.353	(38.725)	-	-	524.032
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	4,90%	11/03/2030	5.330.573	-	-	(253.508)	252.979	(346.022)	-	-	4.984.022
Claro	d.7)	Amov Finance	10,30%	26/07/2028	1.590.784	-	-	(168.973)	160.612	-	-	-	1.582.423
Claro	d.8)	Amov Finance	12,20%	16/11/2028	552.328	-	(89.861)	(40.760)	32.282	-	-	(453.989)	-
Claro	d.9)	Amov Finance	12,00%	20/12/2028	574.027	-	-	(69.562)	69.562	-	-	-	574.027
Claro	d.10)	Amov Finance	13,20%	26/07/2028	-	511.070	-	(34.293)	37.478	-	-	-	514.256
Claro	d.11)	Amov Finance	12,95%	05/10/2028	-	337.669	-	-	10.689	-	-	-	348.358
Claro	d.12)	Amov Finance	13,18%	28/12/2028	-	421.536	-	-	617	-	-	-	422.153
					20.200.214	-	(4.274.705)	(4.200.470)	2.020.202	(4.130.204)	(450.200)	-	20.200.214



CLARO S.A.
CNPJ 40.432.544/0001-47



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2022	Ganho(perda)	
		Cenário I	Cenário II
Dívida indexada a CDI	9.447.203	(515.257)	660.098
A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer <i>hedge</i> contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.			
e) Risco de crédito			
O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares (<i>“dealers”</i>) e distribuidores de cartões pré-pago.			
A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições.			
O risco de crédito com relação às contas a receber de serviços de telefonia móvel celular é diversificado. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL.			
A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantêm limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência.			
A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais.			
f) Risco de liquidez			
O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.			
A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez, conforme Notas 13, 16, 18 e 25.			

25. Compromissos
A Companhia e suas controladas têm compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex*, direitos de passagem e serviços, cujos pagamentos são mensais.
Em 31 de dezembro de 2022, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONTADOR
Daniel Hajj Aboumrad - Presidente Carlos José García Moreno Elizondo - Vice-Presidente Alejandro Cantú Jiménez - Membro Oscar von Hauske Solís - Membro Alberto de Orleans e Bragança - Membro José Formoso Martínez - Membro José Antônio Guaraldi Félix - Membro	José Antônio Guaraldi Félix - Diretor Presidente José Formoso Martínez - CEO Mercado Empresarial Roberto Catalão Cardoso - Diretor Executivo Administrativo e Financeiro Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho - Diretor Executivo Jurídico e Regulatório Rodrigo Marques de Oliveira - Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional Daniel Feldmann Barros - COO Diretor de Operações Paulo Cesar Pereira Teixeira - CEO Unidade de Consumo e PME	Ricardo Basso Gaino Gerente de Contabilidade CRC - PR-040021/O-0-S-SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Claro S.A.
São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2023



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC - SP034519/O
Bruno Mattar Galvão
Contador - CRC - SP267770/O

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 29/03/2023
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/29/CLARO1568591429032023.pdf>
Hash:168004740240309d117eac447095d0a5cb81902743